

Câmara de Piracicaba realiza a sua primeira sessão ordinária de 2026

Entre os projetos aprovados está a proibição de inauguração de obras inacabadas

A Câmara Municipal de Piracicaba iniciou os trabalhos legislativos de 2026 com uma decisão importante para a gestão da cidade. Durante a primeira sessão ordinária do ano, realizada nesta segunda-feira (2) após o intervalo parlamentar, os vereadores aprovaram, em segunda discussão, o projeto de lei que veda a inauguração ou entrega de obras públicas que ainda não estejam totalmente finalizadas.

Projetos inacabados

A proposta, de autoria do vereador Renan Paes (PL), define critérios claros para o que é considerado um projeto inacabado. Segundo o texto, uma obra só poderá ser entregue se estiver pronta para funcionamento imediato, contando com todas as autorizações, licenças e alvarás exigidos pela legislação. Além disso, a lei proíbe a entrega de prédios que, mesmo com a estrutura física concluída, não possam ser utilizados por falta de funcionários, equipamentos ou materiais necessários ao atendimento.

Uso político

Na justificativa da medida, o autor destaca que o objetivo principal é garantir o respeito aos princípios da administração pública e evitar que inaugurações sejam utilizadas como ferramentas de promoção política



Rubens Cardia/Câmara de Piracicaba

Reunião também contou com requerimentos aprovados em regime de urgência

em períodos eleitorais. A ideia é assegurar que o dinheiro público resulte em benefícios reais e imediatos para a comunidade, impedindo cerimônias simbólicas em locais que continuam fechados após a saída das autoridades.

Contudo, o texto prevê exceções pontuais. De acordo com as informações divulgadas, as obras poderão ser liberadas em situações de emergência que representem risco à saúde, segurança ou bem-estar dos moradores, desde que haja justificativa técnica e autorização expressa

do Poder Executivo.

Saúde infantil

A pauta da primeira sessão também incluiu avanços na área social. Foi aprovado o projeto do vereador Gesiel de Madureira (MDB) que cria o auxílio enxoval. O benefício será destinado a gestantes em situação de vulnerabilidade econômica que completarem todo o acompanhamento de pré-natal na rede pública de saúde.

No campo da saúde, o Legislativo aprovou requerimentos

que cobram explicações da Prefeitura sobre o suporte oferecido a crianças com diabetes no SUS. Os parlamentares questionam a falta de insumos no Laboratório Municipal e buscam detalhes sobre o fluxo de atendimento para esse público específico. Ao todo, dez projetos retornaram ao plenário para votação final, incluindo diversas propostas para nomear espaços públicos da cidade.

Transparência

A sessão também deu prioridade a temas de fiscalização

por meio do regime de urgência. O vereador André Bandeira (PSDB) obteve aprovação para pedidos de informações sobre o Projeto Superação, que atende pessoas em situação de rua na chamada “Mansão Rubi”. O parlamentar também questiona a transparência do novo Código Tributário, solicitando pareceres jurídicos e estudos de impacto financeiro que comprovem a viabilidade econômica das mudanças propostas pela Prefeitura.

Outro ponto aprovado foi a alteração no Código de Posturas, sugerida por Pedro Kawai (PSDB), que regulamenta o uso de toldos retráteis em equipamentos comerciais. Reclamações sobre a manutenção de áreas de lazer no bairro Piracicamirim e os frequentes alagamentos na Praça do Parafuso também foram alvos de requerimentos oficiais aprovados pelos vereadores.

Manifestações

O encerramento da pauta incluiu discussões políticas nacionais e locais. A Câmara aprovou uma moção de repúdio, enviada pela vereadora Sílvia Morales (PV), contra a Reforma Administrativa (PEC 38). O documento argumenta que a proposta prejudica a qualidade dos serviços essenciais prestados ao cidadão. Na Tribuna Popular, oradores utilizaram o espaço para cobrar maior eficiência na gestão pública.

Município de São Roque instalará o seu 1º ecoponto

Divulgação/Câmara de São Roque

Após pedido do vereador William Albuquerque, o prefeito Guto Issa anunciou, nesta semana, a instalação do primeiro ecoponto no município de São Roque, iniciativa importante para o fortalecimento das políticas públicas de sustentabilidade e preservação ambiental.

Solicitação antiga

Desde 2021, o vereador solicitava à Prefeitura a construção de um local apropriado, com o objetivo de proteger o meio ambiente do descarte irregular de resíduos sólidos em espaços inapropriados.

Em 2022, o Parlamentar criou a Lei nº 5.410, que dispõe sobre a campanha de conscientização para o correto descarte do lixo e de entulhos no município. “A legislação tem o propósito de orientar a população sobre a im-



Local passará por adequações estruturais e operacionais

portância do descarte adequado de resíduos, prevenindo danos ao meio ambiente, evitando o acúmulo irregular de materiais e contribuindo para a promoção da saúde pública”, fala.

De acordo com William Albuquerque, o ecoponto será na

antiga cooperativa, no Bairro Marmeleiro. “A área passará por adequações estruturais e operacionais para receber corretamente os resíduos descartados pela população, assegurando um ambiente organizado, seguro e ambientalmente adequado”, afirma.

Camarões mortos são registrados no Tietê

Um registro em vídeo feito por um morador de Igarapu do Tietê, no interior paulista, revelou uma grande quantidade de camarões mortos acumulados às margens do Rio Tietê. Segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a hipótese inicial é de que a mortandade esteja ligada à queda nos níveis de oxigênio dissolvido na água, situação que pode resultar da combinação de fatores climáticos, ambientais e também de ações humanas.

Sem explicação

Os primeiros crustáceos sem vida foram localizados na segunda-feira (2), na prainha de Igarapu do Tietê, área de lazer situada nas proximidades da barragem da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. Embora parte dos animais tenha sido arrastada pela correnteza, no-

vos exemplares mortos continuaram surgindo ao longo da terça-feira (3).

Na tarde desse mesmo dia, equipes técnicas da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) estiveram no local para realizar inspeções e coletar amostras da água e dos camarões, que passarão por análises laboratoriais para esclarecer as causas do episódio.

Em comunicado oficial, a Auren Energia, responsável pela usina de Barra Bonita, informou que não existe relação entre a hidrelétrica — atualmente com a eclusa em manutenção preventiva — e o aparecimento dos camarões de água doce na região. A empresa acrescentou que, ao ser informada do caso, acionou a Cetesb e se colocou à disposição para auxiliar as autoridades ambientais na investigação.